

**DE COMO OS MORTOS VIAM OS VIVOS: DO IMAGINÁRIO DOS
MORADORES DA COMARCA DO PRÍNCIPE, RIO GRANDE DO NORTE,
BRASIL, SOBRE A MORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Helder Alexandre Medeiros de Macedo¹

Cristina Galvão Ribas²

Maria das Neves Santos Moreira³

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)

Resumo: Ultimamente os estudos da historiografia ocidental têm se dedicado bastante aos estudos sobre a morte. Nesse sentido, partimos da constatação do senso comum de que a morte no Seridó potiguar ainda é cercada de receios e tabus. Considerando a existência de documentação no Acervo da Comarca de Caicó, que remete aos últimos desejos dos vivos da antiga Vila e depois Cidade do Príncipe sobre o que deveria ser feito após a morte, surgiu a iniciativa para realização deste estudo. Sendo assim, nosso objetivo é o de compreender o imaginário que os autores de testamentos do Príncipe tinham sobre a morte no século XIX. Para atingir tal objetivo, nossa metodologia consistiu de leituras feitas na bibliografia publicada a respeito da morte, leitura de textos acadêmicos da região e depois a catalogação das fontes, seguido de transcrição e análise dos testamentos. A construção da pesquisa tomou como base as leituras de Philippe Ariès, Michel Vovelle e João José Reis, com as quais pensamos a noção de imaginário e a morte e suas histórias. Nos testamentos encontramos elementos do imaginário do Príncipe Oitocentista acerca das atitudes diante da morte e as deliberações quanto à escolha de seus testamenteiros, bem como os recibos de autos de contas. As narrativas presentes nos testamentos são representações do imaginário do Príncipe, da segunda metade do século XIX, onde o testador e o testamenteiro têm suas ações evidenciadas pelo desejo de uma "boa morte".

Abstract: Lately the studies of the historiografia occidental person have if dedicated sufficiently to the studies on the death. In this direction, we leave of the constatação of the common sense of that the death in the Seridó potiguar still is surrounded of distrusts and taboos. Considering existence of documentation in Quantity of Judicial district of Caicó, that it sends to the last desires of the livings creature of the old Vila and later Cidade do Príncipe on what the death would have to be made after, appeared the initiative for accomplishment of this study. Being thus, our objective is to understand the imaginary one that the will authors of the Príncipe had on the death in century XIX. To reach such objective, our methodology consisted of readings made in the bibliography published regarding the death, reading of academic texts of the e region later the catalogação of the sources, followed of transcription and analysis of wills. The construction of the research took as base the readings of Philippe Ariès, Michel Vovelle and João Jose Reis, with which we think the imaginary notion of and the death and its histories. In wills we ahead find elements of imaginary of Príncipe of the century XIX concerning the attitudes of the death and the deliberations how much to the choice of its executors, as well as the file of legal documents receipts of accounts. The narratives gifts in wills are representations of the imaginary one of the Príncipe, of the second half of century XIX, where the bequeather and the executor have its action evidenced for the desire of a "good death".

¹ Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: helder@seol.com.br

² Bacharela e Licenciada em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ Bacharela e Licenciada em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. INTRODUÇÃO

O imaginário sobre a morte entre a população do Príncipe no decurso da segunda metade do século XIX. Esse é o tema a que nosso estudo pretende discorrer, que foi gestado quando debruçávamos nossos olhos pelos catálogos do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC)⁴, no decorrer das disciplinas que nos encaminhavam para a conclusão do Bacharelado em História no Campus de Caicó. Certa documentação nos chamou a atenção de maneira especial, a do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Na série temática dos “Diversos” –onde figuram processos das mais diversas matizes, como inventários, demarcações de terras, petições, termos de fianças, autos de contas, editais e apelações, apenas para citar alguns exemplos– constatamos a presença de testamentos, que diziam das últimas vontades de alguns dos moradores do Príncipe no decorrer do século XIX. Entre textos dos testamentos e alguns autos de contas (falando de execução das vontades a que nos referimos) encontramos trinta documentos manuscritos, cuja dimensão diacrônica vai de 1830 a 1898. Detalhes insólitos nos deixaram bastante inquietos ao efetuarmos a leitura (superficial) dessa documentação, como a grande preocupação dos vivos em saldarem suas dívidas com o plano espiritual através do insistente pedido pela celebração de muitas capelas de missas (uma capela, corresponde a cinquenta missas), orações, ofícios piedosos e enterros solenes após sua morte. Esse “ajuste de contas” com o outro mundo, se é que assim o podemos chamar, também se fazia presente em vários pedidos de sertanejos que clamavam para, após sua partida, que fossem libertados escravos de sua confiança ou que fossem feitas doações em bens materiais às irmandades religiosas ou mesmo a parentes.

Paralelamente à consulta dessa documentação, fizemos leituras em obras historiográficas que pudessem nos situar com relação à questão da morte no Ocidente, das quais as mais importantes foram as de Phillippe Ariès⁵, Michel Vovelle⁶ e Michel de Certeau⁷. Com relação ao Brasil, entramos em contato com a obra de João José Reis, que discute, partindo de exemplos da Bahia, a preocupação com uma “boa morte” e com o medo do fogo do inferno⁸. Trata-se de escritos que são leitura obrigatória para quem deseja se debruçar sobre o estudo da morte no Brasil. Não poderíamos nos esquecer, também, de mencionar a dissertação de mestrado de Douglas Batista de Moraes⁹, que, embora enfocando a administração religiosa e o recebimento dos sacramentos na Capitania de Pernambuco, durante o Período Colonial, dedica um de seus capítulos ao chamado “bem morrer”. Utiliza-se, para tanto, da noção de “boa morte” problematizada por Phillippe Ariès e João José Reis.

As atitudes perante a morte, no Sertão do Rio Grande do Norte, foram objeto de estudo de historiadores eruditos, que tiveram suas obras publicadas entre os anos 60 e 70 do século XX. Registramos, aqui, a obra de Dom José Adelino Dantas¹⁰ e de Juvenal Lamartine¹¹, que se utilizaram largamente de documentos paroquiais e de tradição oral, respectivamente. No que concerne a estudos acadêmicos, a monografia de graduação de Francisca Palmeira Almeida Silva e Maria Dalvanice de Araújo¹² inaugura uma safra de trabalhos sobre a morte no Seridó, que falam de diferentes épocas e através de diferentes tipos de fontes e abordagens. Seguem-se os trabalhos de Maria da Conceição Coelho¹³, Joelma Medeiros de Araújo Branco¹⁴ e Katianne Silva de Medeiros¹⁵, em nível de mestrado, especialização e graduação, respectivamente.

⁴ Laboratório ligado ao Departamento de História e Geografia (DHG) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁵ ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente*, *passim*.

⁶ VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*, *passim*.

⁷ CERTEAU, M. O Inominável Morrer. In: _____. *A Invenção do cotidiano 1: artes de fazer*, p. 293-303.

⁸ REIS, J. J. *A morte é uma festa*, *passim*.

⁹ MORAES, D. B. *Bem Nascer, bem, bem morrer: administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco*.

¹⁰ DANTAS, J. A. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1961 e _____. *De que morriam os sertanejos do Seridó Antigo? Tempo Universitário*. Natal, UFRN, v. 2, n. 1, p. 129-36, jan./jun., 1979.

¹¹ LAMARTINE, J. *Velhos Costumes do Meu Seridó*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

¹² SILVA, F. P. A.; ARAÚJO, M. D.; MEDEIROS, M. D. *O ritual dos mortos no Seridó Antigo – o caso de Currais Novos-RN*.

¹³ COELHO, M. C. G. *Entre a terra e o céu: viver e morrer no Sertão do Seridó – séculos XVIII e XIX*.

¹⁴ BRANCO, J. M. de A. *Entre os gritos da vida e da morte: reconstruindo atitudes perante a morte em São João do Sabugi na primeira metade do século XX*.

¹⁵ MEDEIROS, K.S. de. *Faces da Morte: rituais funerários no Seridó*.

O diálogo entre os documentos manuscritos da Comarca de Caicó e a historiografia acima referida nos proporcionou a montagem e o direcionamento deste estudo, cujo principal objetivo é o de investigar qual a visão que os vivos –eia-se, a população do Príncipe¹⁶– tinham sobre a morte no século XIX.

Devemos salientar, no entanto, que não se trata de um estudo neutro e índene de subjetividade. De início, poderíamos afirmar que nosso interesse pessoal sobre temáticas ligadas à passagem do mundo terreno para o sobrenatural encontrou terreno fértil quando dos primeiros contatos com os manuscritos empoeirados da Comarca de Caicó. Este estudo justifica-se pelo fato de, ainda hoje, no Seridó Potiguar, a morte ser tratada como um assunto eivado de tabus, medos e não-ditos, carregado de significados que tocam na tênue fronteira entre o mundo material e o imaterial. Dessa forma, o ato de debruçar nossos olhares sobre uma documentação tão recuada no tempo nos deu a chance de pensar e refletir sobre as raízes desse “medo da morte”. Estariam, de fato, registradas, já no Oitocentos?

Só poderíamos responder a essa pergunta se considerássemos os rituais e atitudes que envolviam a morte como sendo parte das práticas culturais dos habitantes do Príncipe e, ainda mais, se não tivéssemos em mente que tais práticas estivessem fadadas à cristalização com o decorrer dos tempos. Sendo assim, o veio teórico que este estudo se propôs seguir foi o da História Cultural, herdeira da terceira geração dos Annales, aliado à prática da micro-história italiana. Um conceito foi chave para que pudéssemos refletir sobre as disposições derradeiras da população do Príncipe Oitocentista, o de imaginário, problematizado por Evelyne Patlagean¹⁷.

De posse desse aporte teórico, o que fazer com a documentação manuscrita? Dos trinta processos que conseguimos garimpar no acervo da Comarca de Caicó, custodiado pelo LABORDOC, tivemos que selecionar o número de onze, que se enquadraram no período que vai de 1850 a 1889. Trata-se, aqui, de uma escolha arbitrária que efetuamos face à avultada quantidade de documentos para a análise em um estudo monográfico. Gostaríamos de dizer que essa escolha se deu, também, por sabermos que no Segundo Reinado –que cobre o recorte escolhido– processaram-se importantes mudanças no Império Brasileiro. Sem querer sermos exaustivos, podemos citar a extinção do tráfico negreiro, a edição da Lei de Terras, o fim dos enterramentos em massa nas igrejas, a queda do regime escravista e mesmo a gradativa ruína da Monarquia. Após a indexação dos documentos selecionados, procedemos a sua transcrição e digitação. Ressaltamos, ao ensejo, da necessidade que temos em reconhecer que vozes de doze pessoas –a partir de agora, nossos narradores– não poderão nos dar a visão que toda a população do Príncipe tinha sobre a morte. Todavia, é a amostragem de que dispomos para recompor o que tais indivíduos pensavam sobre a ida para o além, seus medos, tabus, certezas e incertezas. Os fragmentos dos escritos de homens, mulheres, casais, celibatários e padres, portanto, são vozes plurais que teimam em deixar suas idéias e seu imaginário inscritos em folhas outras que não as amarelecidas, quebradiças e frágeis dos documentos originais. A análise dos textos de nossos narradores foi feita a partir do método indiciário proposto por Carlo Ginzburg¹⁸, resultando no corpo escrito deste estudo. Adotamos, aqui, o método indiciário, que ascende no espaço da ciência no século XIX, particularmente na medicina, na psicanálise e na História da Arte, além de na literatura, propagando estudos que por pequenos indícios e migalhas possibilitam reconstruções e respostas.

Na primeira parte, apresentamos o caminho trilhado para a construção deste texto, singrando em busca das atitudes perante a morte no Seridó. Discutimos o objetivo da pesquisa, o recorte temporal e espacial, e as fontes a serem utilizadas, os testamentos e autos de contas da Comarca de Caicó. Aqui, também, efetuamos um passeio pela História da Morte no Ocidente, aportando no Brasil e, logo depois, no Seridó norte-rio-grandense.

As vozes dos nossos narradores, suas atitudes e imaginário sobre a ida para o outro mundo serão encontrados nas linhas da segunda parte. O desejo de uma boa morte, os pedidos para celebração de missas e sepultamentos dignos do cristão, as súplicas pela chegada junto à Corte Celestial, a realização das vontades dos defuntos pelos testadores. Esses são alguns dos aspectos que

¹⁶ O Príncipe, vila criada em 1788 e cidade após 1868, corresponde, hoje, ao município de Caicó-RN.

¹⁷ PATLAGEAN, E. A História do Imaginário. In: LE GOFF, J. (Org.). *A História Nova*, 1993. p. 291-318.

¹⁸ GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

compõem este quadro de análise, na tentativa de captar o imaginário da população do Príncipe sobre a morte na segunda metade do século XIX.

2. TRILHANDO CAMINHOS EM BUSCA DA MORTE

2.1. Construindo a Pesquisa

Nascemos, vivemos e morremos. Essa é uma certeza, uma verdade a-histórica, universal e comum a todas as culturas ditas humanas que já existiram, existem e ainda existirão na face da Terra. Outra característica humana é que sempre pensamos e refletimos sobre o fim da vida, ficando perplexos com a morte.

A morte. Ela iguala a todos, ricos e pobres, homens e mulheres. Para além dela, o além: ele é um mistério, uma incerteza, um tabu. Essa herança milenar sofreu um rude golpe com a modernidade. Hoje a sociedade ocidental cada vez mais tenta prolongar a vida, não envelhecer. Distanciando-se da morte, procura nela não pensar e esquecê-la.

No senso comum, a morte apresenta-se como rodeada de tabus e de medos, sendo um assunto não muito debatido, ou, senão, falado com certo estranhamento. Costuma-se não falar de assuntos ligados ao outro mundo na frente de crianças ou em ocasiões festivas, mesmo admitindo-se que se trata de uma fronteira que toda a humanidade tem que singrar rumo ao além.

O tempo e o espaço sustentam as nossas visões. No Seridó, hoje, a morte é significada a partir de elementos como a sua espera nos hospitais, a comercialização dos cerimoniais, divulgação e produção de cafés e convites de missa de sétimo e trigésimo dia, mercantilização dos velórios. Os rituais e práticas que se desenrolam frente à morte constituem traços do imaginário sobre a passagem do ser humano para uma outra vida. Esses traços, no princípio do século XXI, tendem a decompor a morte, direcionando os sentidos para a existência terrena.

As relações comunitárias são tomadas por ferozes avanços das esferas autônomas, que instauram impessoalidades e individualidades. Nesse sentido, segundo Ariès¹⁹, a morte tornou-se interdita e a Igreja Católica Romana perdeu espaço para os saberes médicos. No Seridó contemporâneo os atos e rituais ligados ao morrer se encontram firmados em práticas institucionais e burocratizadas; a morte insere-se na esfera da capitalização com suas necessidades de comunicação, mercantilização dos anúncios de falecimento, do velório e enterro numa agência funerária. Esses ritos são permeados por práticas como o uso dos santinhos, uma lembrança do morto em vida –o que vem sobrepor-se a fotografia mortuária, comum até o último quartel do século XX– os centros de velório e livrinhos das missas de trigésimo dia²⁰.

Com os olhos e experiências cotidianas do presente, eis que surge o nosso interesse pela morte como objeto de estudo, fortalecido a partir do contato com os catálogos do Laboratório de Documentação Histórica²¹ (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Aí a presença de testamentos dos séculos XVIII e XIX e seus autos de contas referentes ao Príncipe²² nos instigaram curiosidades quanto às atitudes perante a morte e suas deliberações, que representavam elementos sociais e do imaginário das pessoas da época. Partindo da curiosidade sobre a preparação da morte, dos medos e tabus que lhes rodeavam, construímos nossa paisagem de pesquisa, voltada para enxergar o imaginário dos habitantes do Príncipe sobre o além.

¹⁹ *Apud* MEDEIROS, K. S. de. **Faces da Morte: Rituais Funerários no Seridó**, p. 32.

²⁰ *Idem*, p. 31-45.

²¹ O LABORDOC constitui-se enquanto espaço de pesquisa e ensino ligado ao Curso de História, nele encontramos nossas fontes (testamentos e autos de contas).

²² O Príncipe corresponde, hoje, à cidade de Caicó. Sua genealogia, enquanto espaço cartografado e visível, seja na historiografia, seja na documentação de época, inicia ainda no século XVII, com a construção da Casa Forte do Cuó e Capela da Senhora Santana, de onde surgiria o Arraial do Queiquó, fundado em 1700. Esse arraial seria elevado à Povoação do Caicó (ou do Seridó) em 1735 e ganharia os foros de vila, com a denominação de Vila Nova do Príncipe, em 1788. Em 1868 a vila foi elevada ao status de cidade, passando a chamar-se Cidade do Príncipe, denominação mudada em 1890 para Seridó. No mesmo ano voltaria a chamar-se Caicó, conservando-se a denominação até os dias atuais. C.f. MORAIS, 2001, *passim*.

A tentativa de compreender qual era a visão dos vivos sobre a morte no Príncipe Oitocentista nos ajudará a perceber o porquê de tantos tabus e medos ainda cercarem os seridoenses²³ sobre esse assunto. O estudo das atitudes perante a morte no espaço aludido revela-se a partir de curiosidades que partilhamos a respeito de como os vivos viam a passagem para um outro mundo e preparavam suas despedidas da vida, na terra, num período –1850/1889– em que transformações sociais e econômicas davam uma nova tônica às relações sociais no Sertão do Seridó. Daí os testamentos a serem analisados se revelarem como documentos imprescindíveis para se recompor as impressões sobre o objeto em estudo.

Atualmente, com os novos objetos e os novos olhares que permeiam a prática historiográfica ocidental, a morte passou a ocupar espaços nos trabalhos acadêmicos, antes reservados, apenas, a estudos que levassem em conta aspectos da História Política ou Econômica, vez ou outra da História Social. Nossa pesquisa apresenta-se, para a historiografia regional, como um trabalho importante na medida em que imprime um olhar sobre o imaginário a respeito da morte no Seridó do século XIX. Estamos utilizando a noção de *imaginário* através do conceito problematizado por Evelyne Patlagean, que entende o imaginário como sendo um conjunto de representações que excedem o limite das constatações de experiências e encadeamentos dedutivos; assim sendo, o imaginário é um limite que passa em nossa própria cultura e é construído entre realidade social e sistema de representações, sendo socialmente diversificado²⁴.

Nossa pesquisa tomou como trilha teórica a Nova História Cultural²⁵, especialmente a obra de Carlo Ginzburg, historiador ícone da micro-história italiana. Ela frisa a redução da escala de análise e pesquisa exploratória intensiva em um objeto limitado, valorizando o empírico, pois, a partir do fragmento, obtêm-se maiores possibilidades de interpretações e, “por meio de um entrecruzamento máximo de relações, os historiadores da micro-história acabam por demonstrar que o social passado não é um dado posto, um fato definido, mas algo reconstruído a partir de interrogações e questões postas”²⁶.

Entendida como um campo multidisciplinar, em que convergem abordagens e metodologias, as mais diversas possíveis, a História Cultural não é “uma entre outras disciplinas históricas especializadas e definidas em função das perspectivas temáticas [...], não é um certo tipo de enfoque ou de abordagem [...], não é apenas um ‘espaço’ ou uma ‘dimensão real’ como algo distinto ou separado ou até situado em termos hierárquicos, e definido em relação a outros espaços/regiões [...] desse mesmo real...”²⁷

Buscamos, com esta pesquisa, atitudes que levam ao medo da morte no Seridó do século XIX. O morrer que supõe o medo do inferno; o desejo de uma boa morte, em casa e com vela na mão, prestando conta das dívidas. Prestação de contas que apareciam nos testamentos com pedidos de enterramentos, oferecimentos, distinção de tarefa dos vivos, distintivos de confraternização divina e também terrestre.

Nos últimos anos, a Nova História Cultural tem procurado compreender quais os significados da morte nas diferentes culturas. O estudo de Philippe Ariès²⁸, nesse sentido, reconstrói as atitudes que as populações européias tinham diante da morte na Europa Ocidental da Idade Média, estendendo-se aos tempos contemporâneos.

O autor encara o acontecimento desta e todas as práticas ligadas ao morrer como uma construção social, motivada por significados culturais que são próprios do catolicismo. Ariès faz uma caminhada do tratamento histórico da morte, por vezes, objeto silenciado da Idade Média, ao século XX, na Europa Ocidental. Segundo ele, na Idade Média, os mortos eram enterrados em *espaços*

²³ Seridoenses são os habitantes do Seridó, região sertaneja do Rio Grande do Norte, localizada na sua porção centro-sul.

²⁴ Cf. PATLAGEAN, E. A História do Imaginário. In: Le Goff, J. (org.). **A História Nova**, p. 293-318.

²⁵ A partir de agora estaremos utilizando as expressões *Nova História Cultural* e *História Cultural* como homônimas, para definir o conjunto de práticas historiográficas, metodológicas e teóricas que emergiram da confluência das abordagens tributárias da terceira geração da Escola dos Annales.

²⁶ PESAVENTO, S. J. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: _____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 72.

²⁷ FALCON, F. **História Cultural**, p. 79.

²⁸ ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente**, *passim*.

sagrados, próximo a túmulos de *santos* ou Igrejas; sendo, assim, um *bom descanso*. Os cemitérios passam a ser o espaço dos enterramentos *modernos* representando uma necessidade de culto²⁹.

Muitas são as leituras sobre a morte. Uma possibilidade de pesquisa está nos registros paroquiais³⁰, visto serem os registros da Igreja Católica –única Igreja oficialmente estabelecida no Brasil durante os primeiros séculos da colonização–, os principais depositários das informações sobre nascimento, casamento e óbito, superando, em muito, qualquer outro registro existente. Como já dissemos, a Igreja Católica Romana foi responsável pelos registros vitais no Brasil até que o registro civil fosse estabelecido, com o alvorecer da República em 1889. A grande maioria da população é listada nesses registros, que estão, também, entre as fontes mais importantes para a pesquisa genealógica no Brasil. Isso porque a vasta maioria dos brasileiros era católica e foi registrada nos livros das paróquias locais. Esses registros incluem lançamentos de batizados, casamentos, mortes e enterros. Frequentemente duas e, às vezes, três gerações são indicadas ali. Além desses registros, podem incluir, ainda, censos da igreja, livros de contabilidade e confirmações.

Os testamentos, por outro lado, indicam visões e desejos a respeito da passagem para um outro mundo, e inscrevem atitudes coletivas diante do ato da ida para o além. Pelos testamentos, a morte é vista e produzida através da lente dos vivos. Os vivos que inscreviam seus desejos de interferência de forças celestiais no caminho para um outro mundo, organização dos funerais, distribuição de bens e outras deliberações que diziam respeito à preocupação com a passagem³¹.

Permitem-nos, também, o conhecimento de detalhes individuais sobre sentimentos e relações sociais. O ato de testar, assim, extrapola as deliberações sobre a partilha dos bens materiais: é um meio de tornar conhecida a vontade do testador a respeito dos procedimentos a serem tomados para a salvação da alma. Neste, indicam-se o número de missas a serem celebradas e quais os santos a serem honrados, as esmolas e os seus devidos destinatários, a mortalha, o lugar do enterramento e outras determinações, que fazem parte do conjunto de representações do testador.

Estando em perigo de morte, tornava-se necessário colocar em ordem os bens terrenos e preparar o melhor possível o caminho da alma. Sheila de Castro Faria³², a propósito, destaca os testamentos como “um dos mecanismos essenciais de se ‘estar em paz com a consciência’, seguem padrões homogêneos de redação [...] o que possibilita questionar se a fórmula material se estava sobrepondo ao ato individual”.

A forma geral dos testamentos apresenta um preâmbulo com informações pontuais como ano, data, o nome do testador, sendo seguido da informação –que pode variar na forma– sobre o estado de saúde do testador. Depois, vinha a encomendação da alma e pedidos de intercessões aos santos da corte celestial junto ao Senhor Jesus Cristo. Essas informações tornam os testamentos manifestações individuais de comportamentos e atitudes coletivas. Os testadores pretendiam, de maneira geral, que suas últimas vontades fossem cumpridas, indicando, para tal, testamentários que deveriam realizar as disposições. Estas, aberto oficialmente o testamento, após a passagem do moribundo para outra vida, tinham que ser comprovadas através de recibos –era a ocasião em que o testamentário vinha até a Justiça Pública para prestar contas do testamento.

As composições dos testamentos trazem as vozes de narradores, como a de Dona Antonia Fernandes das Neves, que representa um exemplo do universo de nossa pesquisa. O testamento data de 1853 e narra o temor da morte por parte de nossa narradora:

Saibão quantos estes meu Testamento ou disposição de última vontade virem que sendo no anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e cincoenta e trez, aos desassete dias do mez de junho do dito anno nesta Fazenda da Piedade do Termo da Villa do Principe da Comarca do Asu e Provincia do Rio Grande do Norte. Eú Antonia Fernandes das Neves estando de saúde, e em meo perfeitojuiso, que

²⁹ Em “*A Morte é uma Festa*”, João José Reis historiciza as construções dos primeiros cemitérios brasileiros, na segunda metade do século XIX, no contexto da atuação do discurso médico-higienista frente às epidemias de *cólera-morbus* que assolaram as províncias nordestinas, em especial, a partir de 1856.

³⁰ C.f. FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento*, p. 304-12.

³¹ Os testamentos escavados pelos historiadores contemporâneos, em geral, encontram-se depositados nos acervos e arquivos do Poder Judiciário, normalmente em cartórios. Em algumas vezes, acham-se apensos aos processos de inventários.

³² FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento*, p. 266.

Deus Nosso Senhor foi servida alarme; mas temendo-me da morte, pela avancada idade em que me axo, faço meu solenne Testamento, pela forma e maneira seguinte³³.

A preocupação com a alma e seus destinos faz parte, também, do universo das vozes que emergem dos testamentos. Demos a palavra, novamente, a Dona Antonia Fernandes das Neves:

Primeiramente, incomendo minha Alma ao Todo Poderoso, que creou, [...], Rogo a Maria Santissima Mai e Advogada dos pecadores; ao Anjo da minha guarda; ao Santo do meu nome e a gloriosa senhora Santa Anna minha Padroeira, e a todos os Santos e Santas da corte do ceo queirão interceder, por mim ao Senhor das Misericórdias, para que a minha Alma entre segura na gloria para que foi creada³⁴

Os legados materiais entendidos como conjuntos de disposições que os vivos tinham com relação aos seus bens materiais ligavam-se às preocupações com a boa morte, que envolviam as preparações para estar de bem com o outro mundo, envolvendo ações como encomendação da alma, pagamentos e perdões de dívidas e obras de caridade; esses legados também aparecem nos testamentos, sendo uma tentativa de estruturar os meios terrenos, como as deliberações aqui apresentadas:

Deixo ao meu Escravo Manoel por esmola cem mil reis [...] Deixo ás minhas Netas [...] a cada huma vinte e cinco mil reis de terra neste Sitio da Piedade [...]. Deixo mais a Jescino Ferreira Maia, e Raimundo Fernandes Jalles casados com minhas filhas de criação Francisca Maria de Jesus mulher do segundo, a cada hum quinze mil reis em terá neste sitio da Piedade.³⁵

Olhar a morte e suas atitudes no Seridó, para além das fontes pesquisadas, requer que trilhemos passos em uma viagem pela História do Ocidente, para entender como as atitudes perante a passagem para a outra vida foram construídas ao longo do seu processo histórico.

2.2. A Morte na História do Ocidente

Na Europa, dentre os historiadores que dedicaram sua atenção para a morte e suas atitudes, temos o exemplo de Michel Vovelle. O autor, partindo do pressuposto da morte como caracterizadora da cultura ocidental cristã, concebe uma descristianização delineada, ao longo do século XVIII, ocorrida no rastro do Iluminismo, como fator da mudança de *mentalidade* e de comportamentos em relação à morte que, como reveladora sensível, denota uma história de silêncios e de não-ditos. Essa história, para Vovelle, é pautada na busca de compreensões das reações diante de uma passagem e representa uma invariante indispensável na experiência humana. Entre o fato bruto da mortalidade, a rede de gestos e ritos e as etapas dos discursos sobre a morte (mágico, religioso, leigo, literário) Vovelle³⁶ apresenta esta, sempre como histórica, em que suas representações estão inseridas no contexto cultural de cada época.

O homem parece ser o único, entre todos os seres vivos, a ter consciência da inevitabilidade da sua própria morte e das limitações que esta coloca à duração temporal da sua vida e daqueles que o rodeiam. Essa consciência aparenta ser tão antiga quanto a própria humanidade. Desde tempos remotos que o homem, em todos os cantos do mundo, constrói túmulos para sepultar os mortos, presta-lhes culto através de rituais específicos e estipula regras acerca do comportamento adequado dos enlutados.

³³ LABORDOC/FCC1°CJ/Cx.04/D. 001- Documentos Referentes à Tutela e Curatela – Diversas épocas (anterior a 1918), Volume 1.

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ VOVELLE, M. *Ideologias e Mentalidades*, p. 134.

Apesar de o conhecimento da morte nos acompanhar, desde tempos imemoriais, a nossa relação com ela é diferente e mutável ao longo dos séculos. O lugar desta não tem sido simples nem estável quando retrocedemos na história da humanidade.

Philippe Ariès³⁷ procurou sistematizar o percurso das atitudes das sociedades ocidentais face à morte desde o início da Idade Média até a época atual. Para o autor, na Baixa Idade Média, o homem acreditava que sabia quando iria morrer, através de visões, premonições ou outros sinais. Era uma época em que a fronteira entre o natural e aquilo que se designa hoje por sobrenatural era muito tênue. Acreditava-se na onipresença dos mortos entre os vivos, sendo a sua presença apenas sentida por aqueles cuja hora da morte se aproximava. Nesse período, surgem numerosos relatos de pessoas que morriam no dia e na hora que haviam previsto e que, para tal, preparavam-se.

Na Idade Média, a morte era o grande momento de transição. Transição fundamental das coisas passageiras para as eternas; era um rito de passagem aguardada no leito de casa. O moribundo deveria ficar deitado de costas (ver Figura 01), porque assim seu rosto estaria voltado para o céu³⁸. A morte era uma grande cerimônia pública, um ritual compartilhado por toda a família, por todos da casa. Os medievos sabiam de sua chegada, pressentiam sua vinda, tinham visões que anunciavam a passagem³⁹. Com essas premonições, tinham tempo para preparar seu ritual coletivo para outro mundo.



FIGURA 01 - Morte de Santa Elisabeth da Turíngia (1207-1231) (FR 2813) Fol. 269v. Grandes chroniques de France, Paris, XIV e s. (60x65mm). FONTE: http://www.bnf.fr/enluminures/images/jpeg/12_0008.jpg

Ainda no Medievo, a morte desejada pelos guerreiros, aguardada pelos religiosos, temida por ser inesperada, foi sentida como um rito de passagem para um outro mundo. Os homens percebiam o além como uma realidade. A preocupação com o pós-morte foi uma constante em suas vidas. E de todos os homens, o usuário foi o contra modelo social escolhido para representar as opções da geografia do além e qual a localização das vidas futuras dos crentes. Assim, esse espelhou, em certa medida, todo o emaranhado imaginário de esperanças, de expectativas e de angústias da sociedade medieval.

O moribundo pedia o seu perdão a todos e deixava as suas recomendações para os que lhe sucediam nas responsabilidades. O corpo era cuidadosamente embrulhado num lençol e, desse modo, era sepultado. Embora revestida de ritos, a morte era aceita com familiaridade e sem excessiva

³⁷ Segundo Ariès, o moribundo "... deve estar deitado de costas a fim de que seu rosto olhe sempre para o céu. Essa atitude não é a mesma dos judeus, conhecidos pelas descrições do Antigo Testamento – estes viravam-se em direção à parede para morrer". C.f. _____. *História da Morte no Ocidente*, p. 31-2.

³⁸ ARIÈS, P. *Sobre a História do Ocidente desde a Idade Média*. p. 22.

³⁹ DUBY, G. *O ano mil*, p. 80-3.

manifestação de tristeza, porque estava demasiadamente presente para ser ignorada numa época em que os meios de prevenção e tratamento médicos eram ainda muito rudimentares. Pois ninguém morria só. Parafraseando João José Reis, a morte era uma festa, momento máximo do convívio social⁴⁰. Todos deveriam acompanhar a passagem do moribundo para o além, inclusive as crianças. Lágrimas e choro apenas por parte das mulheres: elas deveriam ficar perto do corpo e gritar, rasgar as vestes, arrancar os cabelos. Era sua função pública.

Ao pensarem o além e se preocuparem com o pós-morte, os homens medievais tornaram a realidade transcendente: como o mundo dos vivos, o mundo material era efêmero; era um mundo de aparências, uma *representação* –uma imagem, uma idéia de algo. A vida no mundo deveria voltar-se para o verdadeiro significado oculto por trás do véu da matéria. Esse sentido da vida humana era dado pelo mundo do além.

Essa atitude surge a partir do século XI e traduz uma fase em que o homem começa a se preocupar com a própria morte e com o que virá depois. O homem procura garantias para a vida depois da morte através de ritos de absolvição dos seus pecados, orações aos mortos, donativos, missas rezadas após o falecimento e testamentos para doar os seus bens à Igreja e aos pobres. Fica patente, neste período, a idéia de que existe um Juízo Final, perante o qual todos os homens têm de prestar contas após a sua morte⁴¹. E depois o que há? O que o homem pensava a respeito? Essa geografia do além, como já foi chamada, delimitou o imaginário, circunscreveu as atitudes e ocupou sonhos e pesadelos do homem ocidental⁴².

A morte então foi domesticada nas consciências, ou seja, por ser aceita como última peregrinação, assim era esperada e reconhecida. Pelo menos na consciência de cavaleiros e clérigos, sendo esperada e, até mesmo desejada. No final do período que posteriormente seria chamado de Idade Média, a forma de compreender a morte como algo *macabro* fica mais evidente. Sendo assim, a “Dança da Morte Macabra” (ver Figura 02), que tomou conta dos afrescos e das gravuras em madeira, exprimia a profunda angústia dos tempos da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos. As ordens mendicantes tiveram seu papel na difusão dessa nova espiritualidade e concepção do além no século XIII. Os pregadores franciscanos e dominicanos lembravam às massas a corruptibilidade de todas as coisas. O *cadáver putrefato* era a imagem preferida dos sermões. Carne associada ao pó e aos vermes.



FIGURA 02 - Representações diversas da morte.
Patrick Polleley. FONTE:
<http://www.geocites.com/ppollefeys/divers.htm#wolgemut>

Assim a Idade Média tratou da morte: um rito de passagem para a morada definitiva da alma, a derradeira peregrinação do *homem-viajante* medieval. Tudo indica que o sentimento mais comum em relação a essa cerimônia é a palavra *serenidade*.

⁴⁰ DUBY, G. “Quadros”, p. 65-6.

⁴¹ *Idem*, p. 10-25.

⁴² PATLAGEAN, E. A História do Imaginário. In: Le Goff, J. (Org.). *A História Nova*, 1993, p. 291-318.

Entre os séculos XIII e XVII assiste-se a uma mudança nos rituais funerários, que passam a utilizar o caixão como forma de ocultar o corpo morto da visão. As inscrições anteriormente colocadas junto ao túmulo são substituídas por placas gravadas e colocadas nas paredes das igrejas. Nessas placas constavam para além da identificação do falecido e da localização exata do seu corpo, as doações e os compromissos assumidos pelos familiares do morto face à Igreja.

A observação de que o corpo após a morte mantém resíduos de vida –que pêlos e unhas continuavam a crescer e que existiam secreções– leva a superstições populares de que tal corpo ainda ouvisse e se lembrasse. O medo predominante, entre os séculos XVII e XVIII, era o de ser enterrado vivo. Desse receio vão emergir vários ritos e cerimônias para atrasar o sepultamento, tais como os velórios de quarenta e oito horas. A morte só é realmente reconhecida, então, quando o corpo entra em decomposição.

A partir do séc. XIX a morte passa a ser romantizada, permitindo a união dos seres que em vida foram apartados pela dor da ida para outro mundo. Existia uma marcada crença na vida para além da existência terrena, embora se dissipasse a idéia de Juízo Final ou de Inferno. A morte traduzia a possibilidade de evasão e de libertação da alma. O medo dominante era o de que as almas dos defuntos viessem perturbar os vivos. Um aspecto interessante nessa época é o desaparecimento das cláusulas piedosas dos testamentos (donativos à Igreja) e o regresso à simplicidade nos rituais funerários. No entanto, cultiva-se a recordação dos mortos com uma grande intensidade afetiva, outrora inusitada⁴³.

Tal panorama vai se afirmar, sobretudo a partir de 1918 –ou seja, a partir da I Grande Guerra– e acompanha o homem ocidental até os dias de hoje. O local mais comum da morte deixa de ser a casa para passar a ser o hospital, onde esta é ocultada e a família muitas vezes afastada⁴⁴. O hospital do séc. XX já não é apenas um local onde se cura e onde se pode morrer por causa de um fracasso terapêutico, mas transformou-se no lugar da morte. Ao transferir a morte para o hospital, esta deixa de pertencer ao moribundo ou a sua família e começa, ao invés de tudo, o que se passou anteriormente, a ser um momento regulado e organizado por uma burocracia, cuja intenção é a de que a sua função perturbe o menos possível a sociedade em geral. A sociedade protege-se assim das tragédias quotidianas da partida a fim de poder prosseguir as suas tarefas sem emoção nem obstáculos.

Contemporaneamente, o tempo da morte alargou-se consoante a vontade humana que, não a podendo suprimir pode regular a sua duração, adiando o que seria o momento da morte em dias, semanas e meses.

O próprio conceito do que seja morrer se especializa. Os sinais antigos, como a paralisia do coração e da respiração deixam de ser suficientes e surge o conceito de morte cerebral –medida por um eletroencefalograma– e a sua determinação biologicamente. Nos dias atuais, a notícia de um possível morrer é muitas vezes ocultada do moribundo, ao qual é negado a possibilidade de se preparar para a sua própria partida do mundo terreno.

A boa morte⁴⁵ é a que não se pressente e passa despercebida, apenas com um breve suspiro a anunciar o término da vida. Atualmente assiste-se a uma pressão impiedosa da sociedade, no sentido de suprimir a manifestação pública do luto, bem como a sua expressão privada insistente e longa. A pessoa enlutada é voltada ao isolamento social, como se estivesse sujeita a um período de quarentena. O silêncio tornou-se a atitude mais comum no confronto com a morte. Ela foi reduzida a um momento de passagem biológica, desprovida de significado, que não despedaça nem perturba os que ouvem dela falar e que não provoca angústia nos sobreviventes.

As preocupações com o além e com o destino das almas dos homens são recicladas ao longo dos tempos. Sabemos que a crença ou a descrença no outro mundo modifica o comportamento humano. Quando não se acredita numa outra vida há um determinado tipo de atitude diante de situações do cotidiano. Quando o tempo em questão é a Idade Média Ocidental, o mundo era considerado um local de combate contra o diabo, um combate pela salvação da alma. São elementos (mentais) interferindo em

⁴³ *Idem*, p. 157-160.

⁴⁴ A morte nos hospitais é para Michel de Certeau um inominável morrer, a produção de uma individualização desses atos que se asseguram na individualização. Cf. CERTEAU, M, de. O inominável morrer. In: _____. **A Invenção do Cotidiano 1: Artes de Fazer**. 1994. p. 293-303.

⁴⁵ Discorremos com mais minúcia sobre a “boa morte” no segundo capítulo deste estudo.

ações (materiais), aspectos culturais e, sobretudo, religiosos, que alteram e modificam o comportamento social.

No Brasil, especialmente na Colônia e Império, constatamos uma preocupação com o “bem morrer” e esta é base para estudos como o de João José Reis acerca das atitudes perante a morte na vida cotidiana, ressaltadas as atenções, que o autor dá ao Estado da Bahia no princípio dos anos 30 do século XIX⁴⁶. Buscando atitudes em relação à vida e à morte, o autor estudou a revolta contra os enterramentos nos cemitérios em Salvador ocorrida em 1836 e conhecida por Cemiterada; essa revolta ia de encontro às proibições dos enterramentos nas Igrejas. É a partir do desejo de uma boa morte que a população de Salvador defende atitudes diante da partida para o além como os enterramentos nas Igrejas. Para construir o cenário de estudo, Reis destaca a atuação das irmandades católicas, as atitudes diante da despedida da terra, as formas de bem morrer, os cortejos fúnebres, os testamentos, a morte medicalizada e legislada. Regimentos de Irmandades, folhetins e testamentos foram algumas das fontes analisadas por Reis.

Com relação à Capitania de Pernambuco, Douglas Batista de Moraes tem como tema em sua dissertação a atuação da Igreja Católica em Pernambuco durante os séculos XVII e XVIII, buscando perceber como se dá a implantação do aparelho eclesiástico português em terras americanas. Analisando as estratégias usadas para a salvação das almas, entre elas a administração dos sacramentos. O autor, tendo como base as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, direciona-se aos sacramentos no Pernambuco Colonial destacando o modo de vida do cristão no bem nascer, viver e morrer. Este último nos interessa mais de perto por evidenciar a preparação da morte, com a unção dos enfermos, a extrema-unção e as mais diversas formas de salvação da alma que passavam pelas regulamentações das Constituições Primeiras.

Em se tratando do Seridó, o estudo de Francisca Palmeira Almeida Silva e Maria Dalvanice de Araújo aborda os rituais de morte a partir da doutrina da Igreja Católica e os rituais fúnebres leigos voltados para o cerimonial do morrer, especialmente em Currais Novos, espaço que tomam como recorte para um estudo de caso. As autoras utilizam-se de depoimentos orais, onde destacam a doença, a morte, a indumentária, as excelências⁴⁷, o enterro, o nojo e o luto⁴⁸; por esses espaços de análise olham para as atitudes diante da morte na medida em que constataram novas faces a estas práticas que estariam presas às ações do Estado⁴⁹.

Maria da Conceição Côelho, por outro lado, toma como objeto de estudo a morte e o tratamento reservado ao corpo e à alma a partir de testamentos e partilhas de bens dos séculos XVIII e XIX no Seridó. Côelho toma por base para sua análise a Irmandade do Santíssimo Sacramento, seus atos no momento da morte e atuação como uma associação leiga, o que direcionou este estudo às formas de sepultamento do período em análise, bem como para a sociedade de então, visto que as formas de enterro são vestígios para o entendimento das representações ligadas ao corpo vivo e morto. O trabalho com os testamentos possibilitou o contato com as práticas dos vivos ao pensarem sua morte e prepará-la.

Joelma Medeiros de Araújo Branco se reservou, em seu estudo, a São João do Sabugi-RN e às atitudes diante da morte, limitando-se aos ritos que a sucedem, até a escolha da sepultura e as relações com o lugar, na busca de construir a geografia do além. Os discursos de homens e mulheres, com setenta anos ou mais, junto a documentos da primeira metade do século XX que circulavam entre os cristãos, tidos como fervorosos, foram fontes utilizadas na pesquisa que enfatizou a memória do lugar e dos seus habitantes com relação à boa morte e o bem morrer, como também as atitudes dos vivos frente ao morto⁵⁰.

Os aspectos e representações da morte na microrregião do Seridó, nos séculos XVIII e XIX, bem como seus reflexos na prática da cultura funerária nos dias atuais são suportes para o estudo de

⁴⁶ C.f. REIS, J. J. **A morte é uma festa**, *passim* e _____. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista.

⁴⁷ As excelências constituem o conjunto de cânticos fúnebres que compõe o velório e o sepultamento.

⁴⁸ O nojo constitui uma licença de três dias afastado do trabalho para familiares que tem um de seus entes falecido, sendo uma concessão das leis trabalhistas. O luto é uma prática cultural que envolve a externalização da tristeza por meio de abdições como o não cortar o cabelo, o uso de roupas escuras e a abstenção de festas.

⁴⁹ SILVA, F. P. A.; ARAÚJO, M. D.; MEDEIROS, M. D. **O ritual dos mortos no Seridó Antigo – O caso de Currais Novos-RN.**

⁵⁰ C.f. BRANCO, J. M. de A. **Entre os gritos da vida e da morte: reconstruindo atitudes perante a morte em São João do Sabugi na primeira metade do século XX.**

Katianne Silva de Medeiros, o qual aponta caminhos para uma análise sobre as práticas relacionadas ao morrer. O foco do seu trabalho recai sobre o século XX, buscando respostas para a nova face da morte no Seridó, esta a partir de aspectos da representação e vivência da partida para o outro mundo no espaço em questão. A autora procura destacar os costumes funerários inseridos no contexto da secularização da cultura e a mercantilização das práticas mortuárias, como fonte de narrativas, santinhos, livretos de missas e iconografia⁵¹.

2.3. Comarca do Príncipe: o recorte desta pesquisa

A narrativa de Dona Antonia Fernandes das Neves, comentada nas páginas anteriores é apenas uma das vozes que clamaram aos céus um desejo de ser bem recebida no outro mundo. O nosso universo de análise neste estudo, que recai sobre a documentação da Comarca de Caicó, é composto de onze documentos manuscritos, sendo três testamentos e oito autos de conta (destes, seis apresentam testamentos em anexo). Esses documentos referem-se a indivíduos que tinham como residência tanto o próprio núcleo urbano do Príncipe, quanto localidades rurais pertencentes à Comarca (ver Tabela 01). Por outro lado, refere-se a um período cuja data limite vai de 1851 a 1882, que correspondem ao mais antigo e ao mais recente texto documental dentro do limite temporal previsto inicialmente, que corresponde, grosso modo, ao Segundo Reinado.

TABELA 01
Testamentos e autos de contas da Comarca do Príncipe

Ano	Tipo do Documento	Testadores	Local de Residência	Município Atual
1851	Testamento	Joana Maria dos Santos	Sítio Bom Jesus	Caicó
1852	Auto de contas	Dona Joaquina Marca do Nascimento	Sítio do Curral Queimado	Serra Negra do Norte
1853	Auto de contas	Antônia Fernandes das Neves	Fazenda Piedade	Caicó
1854	Auto de contas	Dona Antônia Maria de Jesus	Sítio São Joaquim	Caicó
1856	Auto de contas	Pe. Luís Teixeira da Fonseca	Povoação da Conceição	Jardim do Seridó
1862	Auto de contas	Manuel Pereira de Monteiro	Povoação de Serra Negra	Serra Negra do Norte
1866	Auto de contas	Cosme Pereira da Costa	Umari	Caicó
1873	Auto de contas	Gonçalo Correia da Silva	Sítio Riacho de Fora	São João do Sabugi
1880	Testamento	Pe. Targino de Souza Silva	Povoação São Miguel	Jucurutu
1881	Auto de contas	Ana Batista do Sacramento	Cidade do Príncipe	Caicó
1882	Testamento	José Ferreira da Rocha e Senhorinha Maria da Conceição	Sítio Bom Jesus	Caicó

FONTE: Laboratório de Documentação Histórica.

Sabemos, que vozes de apenas doze⁵² pessoas não nos permitem aventar considerações sobre como toda a população do Príncipe enxergava ou imaginava a morte na segunda metade do século XIX. Entretanto, as vozes aqui escolhidas, como amostragem, permitem-nos traçar o perfil de visão de homens, mulheres, padres, casais, celibatários e celibatárias sobre a morte na época em questão, configurando-se como recorte de nossa pesquisa.

Partindo de pressupostos recorrentes, nos trabalhos citados, sobre o Seridó, de que havia uma preocupação constante com os perigos que a morte poderia trazer na outra vida –questionamo-nos acerca de que dúvidas rondavam a população do Príncipe com respeito à vida no além. Que cuidados os vivos deixavam prescritos nos testamentos? Que preocupações materiais e espirituais eram

⁵¹ MEDEIROS, K. S. de. *Faces da Morte: Rituais Funerários no Seridó*.

⁵² Estamos tratando, aqui, de vozes de doze pessoas, das quais um dos testamentos pesquisados é coletivo.

lembradas no momento em que estavam agonizando? Que significações culturais tinham as atitudes rogadas aos testamenteiros e demais herdeiros pelo moribundo?

O *morrer* no Príncipe no século XIX nos permite fazer algumas indagações que complementam o nosso questionamento central. Os vivos temiam a morte ou a vida *post-mortem*? De que forma o mundo espiritual entrelaça-se com o material nas recomendações testamentárias? Nas prescrições feitas nos testamentos que rituais e atitudes são mais comuns? Como o episódio da morte aparece nas visões dos vivos em suas inquietações finais? Para indagações como essas são buscados respaldos no segundo capítulo, quando incursionaremos pelos testamentos do Príncipe Oitocentista.

3. OLHARES DOS VIVOS SOBRE A MORTE NO PRÍNCIPE NO SÉCULO XIX

3.1. Medo do Além e o desejo de uma Boa Morte

A prática de morrer está envolta de muitas ações e o testamento é o fragmento que marca e demarca historicamente a passagem para outra vida. Portanto, pensar o morrer não paralisa o sujeito; pelo contrário, trava-se o embate em meio a expectativas diversas, pois há uma luta cotidiana para que o indivíduo se projete para o outro mundo.

A morte é um tema presente na vida dos homens, seja implícita ou explicitamente. Em algumas épocas foi celebrada, exaltada, amada e, em outras, provocou medo, temor e inquietação. Presente ou camuflada, a morte habita a vida e as ações humanas.

O medo e o desejo de uma boa morte começam a colocar-se mais diretamente com o surgimento de correntes filosóficas divergentes como o estoicismo, que pensava tornar o homem insensível aos males físicos e morais e o hedonismo que, pelo prazer, indicava a finalidade da vida. A dualidade carne/espírito representa um confronto dos valores espirituais e as solitações carnis⁵³.

As certezas e as artes do morrer podiam ser aprendidas se os ensinamentos fossem uma constante desde cedo, o que incutiria maneiras para assegurar a paz eterna alcançando a boa morte. Para tal, era preciso viver plenamente e na hora do adeus serem cumpridas todas as etapas do processo que cercava o fim da vida.

A Igreja Católica ensinava aos seus fiéis que, na terra, devia-se preparar a morte para escapar do demônio e do purgatório. No Período Colonial, no Brasil, os rituais fúnebres seguiam as deliberações do Concílio de Trento (1545-1563) que, dentre outras iniciativas, visava regulamentar os costumes mortuários e os registros dos óbitos nas paróquias⁵⁴.

A “boa” e a “má” partida para o outro mundo tinha como diferença principal o planejamento. A morte repentina, sem aviso, como por afogamento, assassinato, mal súbito, acidente expressava um mal, uma desgraça superior ao ato do adeus. A morte inesperada que se dava sem preparação da alma ou com a possibilidade de não ser enterrado amedrontava o fiel católico desejoso de uma boa partida. A falta dos tratos na hora da morte condenava a sua penosa existência, impossibilitando o ingresso no mundo dos mortos, voltando aos vivos com pedidos de missas e orações⁵⁵.

Para contornar o perigo da morte inesperada era necessário estar em dia com a confissão, comunhão e a extrema-unção. Pregava-se, também, que os fiéis deveriam deixar os prescritos em testamentos suas últimas vontades⁵⁶.

O “bem morrer” passava pela realização dos rituais funerários adequados. Estes eram fundamentais para a segurança dos mortos e vivos, pois se o defunto chegasse ao outro lado feliz, poderia interceder pelos outros que chegassem depois⁵⁷. Com base nessa preocupação,

⁵³ MARTINS, G. M. **A morte Barroca e à transitoriedade do mundo** *apud* MORAES, D. B. **Bem nascer, Bem viver, Bem morrer.** Administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 a 1790. p. 73.

⁵⁴ MORAES, D. B. **Bem nascer, Bem viver, Bem morrer.** Administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 a 1790. p. 75.

⁵⁵ GALVÃO, V. **Religiosidade e Morte: instrumentos do Projeto Colonial Português** *apud* MORAES, D. B. **Bem nascer, Bem viver, Bem morrer.** Administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 a 1790. p. 84.

⁵⁶ Os atos religiosos marcavam as grandes etapas da vida de cada cristão, onde cada um dos sacramentos, no plano religioso, representava as relações do indivíduo com Deus.

⁵⁷ REIS, J. J. **A morte é uma festa.** p. 84.

comportamento e práticas cotidianas eram ditadas pela Igreja Católica que lembrava ao fiel a característica finita do ser e do temor do inferno através de mensagens como as sepulturas nas Igrejas, pedidos de esmolas para as almas do purgatório e outras deliberações. As formas de bem morrer e uma vida virtuosa garantiriam ou facilitariam o acesso da alma aos céus.

A influência exercida pela religião completava-se aos interesses políticos e econômicos da sociedade, onde o caráter suntuoso podia ser observado nos cortejos fúnebres. Estes aparecem descritos em autos de contas, como o da finada Joaquina Maria do Nascimento, moradora do Sítio Curral Queimado na Freguesia do Seridó, sepultada em 11 de agosto de 1851. Assim estão descritas as contas de seu funeral:

Funeral e Enterro da finada D. Joaquina Maria do Nascimento

Offício Paroquial	10\$000
Caminho ao Pc. ^{do} Parocho	7\$000
D ^o ao P. ^e Joaquim Felis de Medeiros	4\$000
Velas do corpo	1\$600
Acompanhamento, Encomendação, e vela	1\$280
Missa de corpo presente	1\$000
Sacristão	\$520
Cova a sima das grades	4\$000
Visita da cova	
Caminho ao P. ^e Joaquim Felis de Med. ^{ros}	4\$000
Memento	2\$000
Missa de 7 ^o dia	1\$000
Velas da Sepultura	1\$600
	<hr/>
somma	38\$000

As cerimônias de enterro diziam muito do falecido. Dependendo das circunstâncias, mostrariam o nível da fortuna e condição social do defunto. É o caso de Dona Joaquina, citada acima, cujo funeral se caracterizou pela pompa, já que a finada foi sepultada de grades acima. Nesse território do templo costumavam-se sepultar pessoas mais abastadas ou que tinham mais influência nas cidades. Devemos anotar, ao ensejo, que o valor pago pela sepultura (4\$000) foi bastante superior ao da própria missa de corpo presente (1\$000). A vida após a morte era um momento para julgamento, em que bons e maus teriam destinos diferentes. Os bons viveriam entre os santos, anjos e Deus na Glória Celestial e os maus iriam vagar pelas profundezas das trevas.

A preocupação com a ida para outro plano existencial e os desejos do bem morrer significava as preparações de contas e dos atos dos indivíduos. Com a produção dos testamentos, os testadores estavam sempre prontos para receber a morte. Esta não chegaria de surpresa, já que o testamento representava um instrumento usado nos ritos de passagem.

Os testamentos apresentavam a encomendação da alma a Deus e o apelo da intercessão e proteção dos santos. Também traziam um testemunho pessoal do testador em passagem no mundo, declarando naturalidade, estado civil, filiação, nome do cônjuge e dos filhos⁵⁸.

Como amostra das histórias de nossos narradores, trazemos as falas de Antônia Fernandes das Neves, moradora da Fazenda Piedade no termo da Vila do Príncipe, esta declara que

Sou cidadã brasileira, natural da Província de Ceará de donde vim para esta Freguesia de idade de trez annos em companhia de meus Pai João Nogueira de Queiroz casado com mãy Anna Maria de Souza, já falecidos, Declaro que fui casada com Antonio de Azevedo Melo, doqual tive doze filhos de ambos os sexos, os quaes dez são vivos, e dois morrerão, sendo casados, que deixarão filhos.

⁵⁸ Cf. REIS, J. J. *A morte é uma festa*. p. 92.

O ato de bem morrer era um momento que não podia ser vivido na solidão. Alcançar a salvação da alma e encaminhar o seu destino carecia de muito trabalho, fosse do testador, dos parentes, dos amigos envolvidos em dispositivos de salvação como a redação do testamento, sacramentos ministrados ainda em vida, especificação das mortalhas, dos cortejos, dos lugares de enterramentos.

Os pedidos dos testamentos giravam em torno da missa de corpo presente, de sétimo e trigésimo dias, além da fiscalização por testadores e juízes competentes. Colocar em ordem os bens terrenos e preparar o caminho da alma. Essas tarefas tinham, nos testamentos, a finalidade de deixar a consciência do testador em paz. Esses textos que seguiam padrões de redação ao longo dos séculos XVIII e XIX eram compostos por relação dos bens, dos débitos e créditos, reconhecimento de faltas passadas⁵⁹.

Segundo João José Reis, a alma do moribundo era disputada pelo bem e pelo mal. Isso ficava claro em estampas piedosas que acompanhavam cortejos fúnebres. Nessas imagens, padres, amigos e familiares junto a anjos e demônios rodeavam a cama do moribundo tornada um campo de batalha onde o ritual da morte poderia, se seguido à risca, salvar uma vida de pecado, de desgraça. Os cuidados com o morto envolviam, segundo a tradição popular, os cuidados com a aparência e o trato do cadáver; estes dariam a segurança de que a alma não ficaria penando. O tratamento do defunto envolvia o cortar o cabelo, as unhas e o banho⁶⁰.

A aparência e procedimentos do defunto e do velório eram especificados nos testamentos como preocupações com a roupa que iria usar na hora da morte. Essa era uma especificação do testador e tal desejo ficava a cargo de parentes ou do testamenteiro. Dentre uma grande variedade de mortalhas, Ana Batista do Sacramento traz o desejo de vestir-se com hábito preto. O padre Targino de Souza Silva, por sua vez, declara que “falecendo nesta Freguesia, meo corpo, em vestis sacerdotais será sepultado no Semitério desta Freguesia, no lugar competente, divido ao meo estado de sacerdote acompanhado pelos sacerdotes que commodamente poderem assistir ao meo interro”.

A encomendação da alma nos testamentos aparece com grande teor, consistindo na evocação dos santos e anjos para a defesa da alma no dia do juízo final. No Príncipe, dentre nossos narradores, pedidos de intercessão como os de José Ferreira da Rocha e Senhorinha Maria da Conceição eram comuns; estes evocam santos e encomendam suas almas através da narrativa.

Os desejos de boa morte dos nossos narradores, presentes em seus testamentos, encaminham-se para os legados materiais e imateriais que ocuparão nossas páginas seguintes.

3.2. Legados Imateriais

Os estudos do ato de morrer e seus ritos devem atentar, sempre, para como cada sociedade lida com a morte em seu cotidiano, já que neste os costumes que a população de maneira geral pratica dizem mais que o estudo das leis. Na busca das atitudes diante da morte, os legados como valores e objetos deixados a outrem em testamento constituem-se como um dos nossos questionamentos neste estudo.

Os legados pios, enquanto anúncios piedosos e caridosos, voltam-se aos sentimentos e o respeito às coisas religiosas. Nossos narradores, que construíram seus testamentos entre os anos de 1850 e 1889, deliberam acerca de legados imateriais e materiais.

Nos legados imateriais, os cuidados com a encomendação da alma, os rogos aos santos, os pedidos de interseção, os preparos com o sepultamento, os atos caridosos e os pedidos de missas eram alguns dos componentes presentes nos testamentos.

Na busca da salvação, o testamento era um dos primeiros instrumentos. Tomando como prescrição da Igreja Católica, nessa caminhada, recomendava-se não esquecer dos parentes mais necessitados. Realizar um ato piedoso como libertar escravos, saldar dívidas –tanto materiais como espirituais– reparar alguma má ação como reconhecer os filhos bastardos e amparar a família; tudo isso deixava o moribundo em boa situação perante o tribunal celeste. Legados ora citados, acima, são encontrados nos testamentos por nós estudados, pertencentes à Comarca de Caicó.

⁵⁹ FARIA de C. A. *Colônia em Movimento*. p. 265-266; REIS, J. J. *A morte é uma festa*. p. 107.

⁶⁰ *Idem*, p. 114.

Preocupações com a caminhada para um outro mundo aparecem nos testamentos, percebidos em instruções acerca de missas fúnebres e também da mortalha do cortejo. Dona Antônia Maria de Jesus redige seu testamento e apresenta, assim, os desejos sobre seu funeral. Este deveria ser da seguinte forma:

... meu Corpo envolto habito branco será sepultado na minha Igreja Matriz de grades acima, encomendado pelo meu reverendo Vigario ou Sacerdote de sua comissão fazendo-se o meu enterro sem a pompa e costumeira na Freguesia cujo Sacerdote e os mais que assistirem ao meu enterro dirão por minha Alma missa de Corpo Presente, com a esmola de mil reis cada huma missa, e se fará o officio por minha Alma na forma dos Estatutos da Freguesia. Dir-se hão quatorze capellas de missas a saber doze por minha Alma, huma pelas almas de meu falecidos irmãos, os quais se pagarão com a esmola que se estiver em costume nesta Freguesia.

A redação do testamento era uma prática comum no Brasil Colônia e Império. Esta, porém, dava-se principalmente entre aqueles que possuíam bens; assim, a redação do testamento dizia respeito a doações imateriais e materiais, religiosas escritas a partir do interesse de salvação do testador.

A construção dos testamentos é carregada de intenções e deliberações. Na preparação da morte, os atos se voltavam para os reconhecimentos dos erros e as tentativas de reparação. Os testamentos, como um veículo de ajuste de contas, poderiam conter os mais íntimos reconhecimentos, fossem de dívidas terrenas ou espirituais. Inseridas nas estratégias de salvação, as lembranças dos parentes mais necessitados eram uma constante. O Padre Luís Teixeira da Fonseca pensa beneficiar seus sobrinhos quando narra: “Declaro que a minha terça deixo pa. minhas sobrinhas q forem mais pobres; filhas de meos manos e manas, Manoel, Joaquim, Francisco, Maria e Tereza; e caro os filhos do dito meo Ir.º Manoel já não existão a parte q em parte antes tocaria, dêe a seos netos”.

O medo da morte e os preparativos para esta necessitavam dos cuidados para prestações de contas. Antônia Fernandes das Neves, moradora da Fazenda Piedade, da Vila do Príncipe, sendo viúva, quando de sua morte deixou a esmola de 100 mil réis para ajudar na alforria do escravo Manoel e as suas netas e genros parte de seus bens, em terras na fazenda onde morava.

Amparar filhos, netos e afilhados com parte dos bens era uma prática inserida dentre os legados materiais. Os legados pios, além das caridades com os que ficariam após a passagem para um outro mundo, contemplavam os que já haviam ultrapassado a passagem para o além; para estes, geralmente parentes, os narradores –estadores pagavam capelas de missas e sinais, atos de lembrança para com o parente falecido que precisava da interseção terrena para sua caminhada *post-mortem*.

Missas, capelas, ofícios e esmolas faziam parte das ordenações pias testadas. Estas, assim, tinham seus destinos bifurcados entre o mundo terreno e o espiritual. Quanto ao mundo terreno, as doações de bens eram as principais ações. Gonçalo Correia da Silva, a exemplo, citava seus bens e seus destinos na redação do seu documento testamentário:

Deixo a minha irmã Maria, casada com meo cunhado José de Medeiros a parte da casa deste Sitio Riixo de fora e que herdei de minha mai, e bem assim os quatro pes de coqueiros; que ella riciberá como gratidão do trabalho, zelo com que me tem tratado do mal em que soffro; e que espero fará ate minha morte. E acontecendo que ella falesça primeiro do que recerterá para o dito meo cunhado e filhos. Deixo forro o meu escravo Clesio, que depois de minha morte o meo testamenteiro lhe passará a carta de liberdade =

[...] Deixo aos meos sobrinhos e afilhados, Manoel, filho do falecido meo mano Manoel Cassiano, João, filho de meu falecido irmão Joaquim Vieira, Ignácio filho de minha irmã Maria acima dita, e Maria, filha de minha irmã Isabel = todo o meo gado vaccun e de criar, isto é somente o gado fêmea e acontecendo que morra qualquer, ou todos os meos afilhados asima dito, sucertará a seos pais, a parte que couber aquelle que falecer antes de minha morte = E finalmente o restante de todos os meos bens, depois de tirados todos os meus legados e sufragios, serão devididos, igualmente por todos os

meos irmaos e irmãs com sobrevivência dos seus herdeiros, caso tenha de morrer algú ante de mim; devendo intendece os seos herdeiros legitimos.

Quanto aos atos imateriais voltados ao mundo espiritual, Ana Batista do Sacramento deixa “_a capella pela alma dos pobres desvalidos todos com a esmola que estiver de costume [...] o meo Rosario de Ouro com todos os seos pertences, cruiz & Angélica a minha Padroeira a Gloriosissima Senhora Sant’ Anna, como signal de amor que lhe tenho”.

Philippe Ariès destaca, nesse sentido, que: “a solidão do homem diante da morte é o espaço onde ele toma consciência de sua individualidade, e as cláusulas piedosas do testamento são os meios de salvar essa individualidade da destruição temporal e de desenvolvê-las no além”⁶¹. Estas expressam a profissão de fé, a confissão dos pecados e a reparação dos erros, a escolha da sepultura e as disposições em favor da alma através de missas e preces.

Na segunda metade do século XIX, no Príncipe, através da morte vista pelos vivos, as preocupações com a encomendação da alma e os legados pios são sobrepostos pelos legados materiais, estes enquanto listagem dos bens e suas distribuições. As narrativas de nossos testamentos serão agora conduzidas para os desejos materiais.

3.3. Legados Materiais

Os testamentos, enquanto narrativas, voltam-se aos desejos dos vivos que, como testadores, preparam sua morte, pensando-a e buscando organizar o mundo terreno quando vier a passagem para o além. Como direito privado para a partilha dos bens do defunto, o testamento traz muitas disposições a respeito das posses dos testadores, apresentando destinos e benefícios que seus bens tomariam.

No Príncipe Oitocentista, as cláusulas referentes à listagem e distribuição dos bens ocuparam grande parte dos testamentos. Os bens materiais serviriam para amparar familiares, afilhados, agregados, fazer caridade, pagar dívidas e sustentar os desejos imateriais como o sepultamento e as missas.

O destino desses bens era discriminado na narrativa do testador, que rogava ao testamenteiro fizesse cumprir suas disposições. Estas seriam comprovadas através da emissão por parte dos beneficiários e/ou destinatários de recibos que iriam compor os autos de conta do testamento.

Deixar aos filhos, afilhados, sobrinhos algum bem era constante no Príncipe da época em estudo. Como exemplo, destacamos Gonçalo Correia da Silva, um celibatário que escreve seu testamento em agosto de 1873, no Sítio Riacho de Fora, doente de uma ferida cancrosa. Este que já teve parte de sua narrativa por nós apresentada, institui como herdeiros seus irmãos, mas oferta a sobrinhos e afilhados gado vacum. Também deixou para a escrava Severiana duas novilhas e a um afilhado, filho do caboclo Targino, uma poltra. A exemplo de Gonçalo Correia da Silva, Dona Joaquina Maria do Nascimento, celibatária moradora do Sítio Curral Queimado, Freguesia do Seridó, estando enferma, elaborou seu testamento no qual instituiu como herdeiros seus sobrinhos afilhados. Assim narra nossa testadora:

Declaro que por seus trez escravos Vicência, Maria, e Luiz, algumas cabeças de gado vaccun e cavallar, bens de raes e mais algum móvel de casa que tudo sabem os meus Testamenteiros. Deixo o meu afilhado Manoel Pereira Mariz Junior filho de meu sobrinho Francisco Pereira Mariz dez mil réis; á minha afilhada Theresa Maria filha de minha Mana Maria José do Nascimento dez mil reis, satisfeitos meus legados Pios e profanos, o resto dos meus bens serão entregues aos dez filhos da minha afilhada da sobrinha Rosa Maria do Espírito S^o. casada que foi com o meu sobrinho João Rodrigues Mariz, a quem instituo meus universaes e legitimos herdeiros.

Assim como Gonçalo Correia e Dona Joaquina Maria listaram e doaram seus bens, tendo suas disposições materiais à mercê de seus testamenteiros, muitos outros contemporâneos destes, em seus

⁶¹ ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente*, p. 190.

testamentos, narram-nos suas posses e suas vontades. No testamento coletivo de José Ferreira da Rocha e Senhorinha Maria da Conceição, cônjuges e moradores da Cidade do Príncipe e sem filhos, expressam que

Não tendo nós erdeiros necessarios reciprocamente instituimos erdeiros de todos nossos bens aquelle de nós que sobre viver ao outro, com a comdição somente de por morte do ultimo de nós passar os bens que se axarem as libertas Cosma e Damiana filhos de Ignacia que foi nossa escrava e que hoje foi liberta por nós e no caso de fallecer qualquer dellas passar a outra ou a seos erdeiros se deixara e que finalmente fallicendo ambas sem herdeiros, passarão os bens que por morte do ultimo de nós si axarem, as nossas irmaãs e conhadadas.

Libertar e deixar bens para escravos ou libertos. Esse ato encontra-se nas falas de nossos narradores como um dos seus atos piedosos. Dentre estes destacamos Dona Antônia Maria de Jesus, que deliberou livremente a respeito de seus bens, declarando que as escravas Marcelina e Quitéria, pelos bons serviços que lhe prestaram, e pela companhia, deixar-lhes-ia forras, onde seus testamenteiros lhes passariam as cartas de alforria.

Terras constituíam-se como um dos bens mais presentes e dispostos à partilha e doação. Luís Teixeira de Fonseca, por exemplo, dentre os seus bens, listou três sortes de terras em localidades diferentes. Joana Maria dos Santos, por sua vez, destacou a propriedade do Sítio Bom Jesus e uma parte de terra de plantar na Serra da Teixeira. Dentre os nossos narradores, também possuíam terras Dona Antônia Fernandes das Neves, Ana Batista do Sacramento e o Padre Targino de Souza Silva. Essas glebas eram doadas a mais de um herdeiro, como ocorreu no testamento de Antônia Fernandes das Neves:

Deixo ás minhas Netas Antonia filha do meu filho Manoel da Silva Mello, e a Francisca filha de José de Azevedo Silva a cada huma vinte e cinco mil reis de terra neste Sítio da Piedade Deixo mais ás minhas Netas e Afilhadas Antonia filha de João Nogueira Lima, e Candida filha de meu genro João Baptista dos Santos, a cada hua dez mil reis em terra tão bem neste Sítio da Piedade. Deixo mais a Jescino Ferreira Maia, e Raimundo Fernandes Jalles casados com minhas filhas de criação Francisca Maria de Jesus mulher do segundo, a cada hum quinze mil reis em terra neste sitio da Piedade.

As cartografias dos desejos materiais giravam em torno da distribuição de bens e do pagamento de dívidas. A exemplo de prestação de contas, destacamos Joana Maria dos Santos, natural da Freguesia do Seridó, que, nas últimas falas de seu testamento, menciona "... devo á são Severino Mártir quatro mil reis = que os meos testamenteiros [...] pagarão da minha terça = Dia era ut retro = Arrogo da tetadora = João Maria Valle".

Direcionemos nossos olhares, agora, para os significados e vontades últimas de nossos personagens, na tentativa de compreender qual o seu imaginário sobre a morte.

3.3. Os Desejos dos Mortos

A partida para o além pensada e expressa nos testamentos por nossos narradores refere-se a uma boa morte, aos legados pios e materiais, permeando toda a composição do texto escrito que, ora arquitetavam suas vidas em um outro mundo, ora se voltavam às disposições terrenas. Essas seriam medidas após a passagem dos narradores pelos testamenteiros e o cumprimento dos desejos últimos expressos na Justiça Pública.

Os testamentos constituíam-se como um veículo que recebia as missões dos narradores, após suas mortes, para fazerem cumprir as deliberações que preparariam o caminho espiritual e arrumariam os laços terrenos do morto. Executar os desejos do testador e prestar contas perante a Justiça era a tarefa do

testamenteiro. Este que se tornava o elo entre as vontades dos vivos após suas mortes com seus desejos e legados imateriais e materiais.

Fazer cumprir e prestar contas. Com essas atitudes, os testamenteiros –que em sua maioria eram familiares do testador– executavam os pedidos. Quando esses eram abertos e conferidos, os testamenteiros anexavam recibos que se constituíam como autos de contas das súplicas.

Os narradores externavam seus desejos, dentre eles o do testamenteiro que teria que dar cumprimento ao testamento. Joaquina Maria do Nascimento, assim como outros narradores deste estudo, apresentava desejos quanto a seus testamenteiros “Quero que sejam meus Testamenteiros meu Irmão o Capitão Manoel Pereira Monteiro, Leandro Gomes de Faria; e Francisco Pereira Mariz a quem Rogo que por serviço a Deos, e a mim merce cumprão e farão cumprir tudo quanto aqui levo dito, como disposições de minha última vontade e aos quais instituo meus procuradores”.

Externar uma, duas ou três vontades era uma prática dos habitantes do Príncipe Oitocentista que estamos estudando. Isso representava a preocupação com o pós-morte e os reflexos terrenos na caminhada para o além. É o caso de Ana Batista do Sacramento pedindo a Joaquim Erêncio de Freitas, seu genro; Francisco Quirino de Brito, seu filho e ao padre Luís Martinho de Freitas, seu cunhado para serem seus testamenteiros e, ainda, ressalta que

Rogo por serviço a Deus e a mim mercê queirão ser meos testamenteiros para cumprir a tudo pontualmente o que aqui lho dito, para o que os constituo meos bastantes procuradores. agentes e solicitadores podendo vender por authority propria quais quer dos meos bens para cumprimento de minhas deposições testamentárias. E se para validade do presente faltarem alg_a clausula ou clausulas todas as hei por expressadas como se de cada úa delas fisesse especial menção.

Quando abertos os testamentos, o tempo que corria logo após era o momento reservado para que o testamenteiro fizesse cumprir as deliberações do testador. Os desejos de capelas de missas, locais de sepultamento, cortejo, doações, pios, repartições de bens deveriam ser pensados e executados a partir das ações do testamenteiro que comprovaria seus atos em comunhão com as vontades dos vivos quando escritas em seus testamentos. Isso se dava com a prestação de contas. Encargos⁶² e desencargos⁶³ testamentários estão presentes nos recibos de autos de contas, como no de Cosme Pereira da Costa que traz o encargo

Primeiro, ter o falecido desposto em seu testamento que todos os sacerdotes que se achassem presentes ao seo interro e vistia decova dirão hua missa de Corpo presente e mais u oitovario cada hu por sua alma, com a esmola que estivesse de costume.

Segundo, Tres capellas de missas com a esmola do costume pela sua alma.

Terceiro. Mais ua Capella de missa, para encarrego da sua consciencia, por alma de todos os aqueles com quem teve negócios nesta Vida, com a esmola que estivesse de costume.

Quarto, finalmente, que institui a, (herdeiros) do restante de Sua terça a suas duas filhas Anna, casada com seo segundo testamenteiro capitao Francisco Antonio de Medeiros, e Maria casada com Pedro Alves de Oliveira Nobriga, revogando desta forma a sua primeira disposição testamentaria, relativamente a mesma terça.

Após este, apresenta o desencargo com a seguinte forma:

Achou o Juis, da Conta que o testamenteiro havia o satisfeito as disposição e verbas retro mencionadas na forma seguinte.

⁶² O encargo é entendido como uma incumbência, uma obrigação; no caso dos autos de contas, eram as disposições do testador deixadas para os testamenteiros.

⁶³ O desencargo no auto de contas é compreendido como veredicto judicial frente às ações do testamenteiro.

Satisfes a primeira disposição testamentaria mediante a quantidade de missas decorporo presente, e oitenta mil reis de cinco oitovarios, com à esmola de dois mil reis cada hua missa como provão as certidas dessa 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

Satisfez a Segunda disposição testamentaria, (dependendo) tresentos mil reis, comprovão os documentos nº 3, 6 e 7.

Satisfez a terceira disposição dispendendo a quantia de cem mil reis como prova o documento nº 8.

Ao escutar todas essas narrativas dos testadores frente à escolha dos testamenteiros e os pedidos de cumprimento de disposições imateriais e materiais, com relação a essas concepções, Ariès destaca que “o testamento testemunhava uma desconfiança ou ao menos uma indiferença para com os herdeiros, os parentes próximos, a *fabrique* e o Clero. Por um ato louvado em um notório na maior parte das vezes assinado por testemunhos, o testador forçava a vontade dos que cercavam, o que significava, de outro modo, temeria não ser executado nem obedecido”⁶⁴.

Como destacou Ariès, o ato de forçar a vontade dos que cercavam o produtor de um testamento expressa-se, em nosso estudo, nos recibos presentes nos autos de contas. Esses diriam das obrigações dos testamentos frente ao testador e seus desejos imateriais e materiais, assim como aos possíveis beneficiários.

Nas contas do testamento de Ana Batista do Sacramento, viúva e moradora da Cidade do Príncipe, aparecem oito recibos. Nesses constam recebimento de pagamentos e bem herdados, por meio do testamenteiro. Joaquim Erêncio de Freitas, que, na busca de cumprir suas disposições, enquanto procurador de sua sogra, pede-os àqueles que tiverem cotas da terça parte da narradora. Os recibos atestam a quantia de sessenta mil réis pela importância do enterro e visita de cova; pagamento por três capelas de missas, sendo duas pela alma da testadora e uma pelas almas dos pobres desvalidos; legados materiais deixados para seus netos, afilhados e filhos, bem como mais três capelas de missas pela quantia de trezentos mil réis.

O contato com os autos de conta nos remete às considerações do testamento, parafraseando Ariès, como um ato de direito privado para a partilha dos bens do defunto, mas não impedindo os desejos pios⁶⁵.

Ora preparando sua morte com disposições acerca de sepultamento, do cortejo, das missas, ora deliberando acerca dos desejos materiais, os nossos narradores, em seus testamentos, mostram-nos caminhos do imaginário da população do Príncipe Oitocentista acerca das atitudes perante a morte nesse recorte do espaço sertanejo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capela de Nossa Senhora do Ó, Povoação da Serra Negra, 10 de agosto de 1851. Velas queimavam ao redor do corpo da defunta, exalando um odor recheado de essência de parafina. Consumava-se a encomendação da sexagenária Joaquina Maria do Nascimento, cujo ofício paroquial da missa de corpo presente estava a cargo do Padre Joaquim Félix de Medeiros. Logo o chão gélido do templo dedicado à Virgem do Ó receberia, das grades acima, os restos mortais de dona Joaquina, envolta em hábito branco, que falecera vitimada por uma pneumonia, mas, no entanto, recebera todos os sacramentos da Santa Madre Igreja. Sete dias decorridos, celebra-se missa na mesma capela em sufrágio de sua alma. Provavelmente, após trinta dias da defunção foi celebrada nova missa, além das que foram rezadas na Matriz de Sant’Ana, de Caicó e na de Nossa Senhora da Apresentação, de Natal, todas sufragando sua alma. Essa reconstituição dos últimos momentos do corpo de Dona Joaquina

⁶⁴ Com o mesmo objetivo, mandava gravar na Igreja, em pedra ou metal, a síntese de seu testamento no que dizia respeito aos serviços religiosos e os legados que os financiavam. Essas inscrições perpétuas, na parede ou no pilar da igreja, eram uma defesa contra o esquecimento ou a negligência tanto da Paróquia quanto da família. Tinham, também, mais importância do que a inscrição “aqui jaz”. (ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente*. p. 69).

⁶⁵ ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente*, p. 189.

Maria na terra somente foi possível porque tivemos acesso ao seu testamento –escrito em 1850– e auto de contas –procedido entre 1851 e 1854, na antiga Vila do Príncipe⁶⁶.

O sobrevôo pelas falas de doze personagens do Príncipe Oitocentista, como de Dona Joaquina Maria do Nascimento, dá suporte para que pensemos que, entre a população estudada, a morte fosse mais que um mero deixar de existir. Antes de tudo, é preciso que salientemos que essa observação só foi possível, porque tivemos, frente aos nossos olhos, os textos últimos dos mortos das quais estamos tratando, escritos quando ainda estavam vivos. Textos estes que nos permitiram penetrar por um terreno sombrio e fantástico, marcado por mistérios e visões de mundo, qual é o imaginário. Em nossa pesquisa, o método indiciário foi útil para que, através das narrativas testamentárias, buscássemos o imaginário do Príncipe acerca da morte; passagens sobre pedidos de intercessão aos santos e anjos; missas nos indicaram indícios quanto ao desejo da boa morte e do medo do além, que nos levaram aos indícios de que nossos narradores foram sujeitos de suas épocas. Foi assim que, a cada linha das narrativas fomos direcionando nossos olhares aos desejos de boa morte, o medo desta, os desejos materiais e imateriais ou as ações dos testamenteiros quanto aos desejos dos mortos.

Falaram-nos, através das vozes plurais de nossos narradores, que o tempo era uma peça-chave para que se preparasse com calma, sobriedade e retidão a ida para o outro mundo –daí pensarmos que morrer não se constitui, apenas, no deixar de existir. Parece-nos que, com a partida para um novo plano existencial, o percurso vivido teria de ser avaliado. Caso houvesse falhas em sua trajetória, o indivíduo deveria pedir perdão a Deus pelas faltas cometidas e, arrependido, reconhecer-se enquanto uma ovelha a mais com destino ao Paraíso –o Purgatório e o Inferno eram muito temidos pelos cristãos do século XIX.

Mais do que pedir perdão a Deus, fazia-se imprescindível o cumprimento de um ritual que poderíamos nominar, aqui, de pré-morte. Tal conjunto de ritos, expresso nos testamentos onde debruçamos nossas visões, iniciava-se com a encomendação da própria alma ao Pai Eterno, a Maria Santíssima, aos anjos e a uma miríade de santos da corte celestial. Vez por outra, as preces também eram dirigidas para a padroeira da Freguesia do Seridó, Sant’Ana. Após identificar-se, o testador –a pessoa que escrevia o testamento– indicava como deveria ser sepultado, em que tipo de mortalha e em qual lugar do templo ou cemitério –além da indicação deste. Também listava a quantidade de missas e capelas que deveriam ser celebradas, objetivando a comunhão dos que ficaram na terra com a alma em trânsito rumo ao outro mundo. Seguia-se a inscrição do rol dos encargos que o testamenteiro–pessoa designada pelo testador para cumprir suas últimas vontades– deveria executar. Esses poderiam ser tanto imateriais –a celebração de missas e outros atos piedosos– quanto materiais –a doação de bens a parentes ou mesmo à Igreja Católica. Um caso recorrente entre os últimos anseios de nossos narradores foi o de deixar prescrita a libertação de escravos –quando os possuíam– ou doação de quantia em dinheiro objetivando, posteriormente, a compra de sua carta de alforria.

Os passos desse ritual, descritos com pormenores nas folhas da documentação em exame, constituem atitudes perante a morte no sentido de organizá-la, prepará-la. Os narradores do Príncipe, na segunda metade do século XIX, deixaram-nos pistas para que comunguemos da idéia de que tinham em mente o medo do Purgatório, do Inferno, ou mesmo de quaisquer outras punições que viessem dos tribunais celestes. Pelo contrário, almejavam uma “boa morte” –como revelada por Phillippe Ariès e João José Reis em seus estudos– em que pudessem deixar a existência terrena com todas as dívidas –seculares e religiosas– saldadas e singrar rumo à glória para a qual foram criados, parafraseando uma linguagem comum nos escritos testamentários. Está claro e evidente, todavia, que as conclusões a que nos prestamos dizem respeito apenas ao universo amostral de nosso estudo, encenado nos testamentos da Comarca do Príncipe. São pequenos indícios, porém, que nos levam a crer que essa população –eminentemente católica, até o fim do Segundo Reinado– mantivesse uma concepção de cultura onde o medo do além fosse grande a ponto de, à beira da morte, despirem-se de suas intimidades e declarassem à Justiça Pública suas últimas vontades. Era o momento ideal para

⁶⁶ É preciso que ressaltemos que, ao falar de Príncipe, estamos nos referindo à Comarca de mesmo nome – atualmente, Comarca de Caicó – instância jurídica que abarcava, também, territórios hoje compreendidos pelos municípios de Serra Negra do Norte, Jucurutu, São Fernando, Timbaúba dos Batistas e São João do Sabugi. Daí a explicação para o testamento de Dona Joaquina Maria, mesmo sendo moradora no Sítio Curral Queimado (Serra Negra), estar arquivado na Comarca de Caicó.

lavar o corpo e a alma e iniciar o caminho para o plano espiritual, através de uma boa morte, cujos sinais mais patentes passavam pelo recebimento dos últimos sacramentos e pelo enterro digno de um cristão.

Devemos reconhecer, também, que o número reduzido de narradores não nos permitiu ter acesso a indivíduos de todos os estratos sociais. Duvidamos, inclusive, se alguns dos autores dos testamentos tinham origem nas camadas menos favorecidas da população, vez que apresentavam, em seus escritos, descrições de bens de raiz, semoventes e escravos. Mais uma vez reiteramos, portanto, que a análise aqui empreendida revela aspectos do imaginário dessa população em especial. Outrossim, conseguimos perceber em suas assertivas o quanto a morte era esperada e temida pelos viventes do Príncipe na segunda metade do século XIX. Era mais que uma passagem. Era o começo de outra vida.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Laboratório de Documentação Histórica
Fundo da Comarca de Caicó
Subfundo do 1º Cartório Judiciário
Série Temática dos “Diversos”

Caixa 01, d. 005 Folhas esparsas de inventários, vol. 5º, 1847-1859

- . Petição de Manoel Barbosa de Carvalho solicitando cópia do testamento de sua mãe, dona Joana Maria dos Santos (testamento em anexo), viúva de Joaquim Barbosa de Carvalho, moradora do Sítio de Bom Jesus, da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1881).

Caixa 04 d. 001, Documentos referentes à tutela e curatela – Diversas épocas (anterior a 1918) – vol. 1º

- . Contas do Testamento de Ana Batista do Sacramento, viúva de Germano Gomes de Brito, moradora no Sítio Isabel, da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1881)
- . Contas do Testamento do Padre Targino de Souza Silva, presbítero do hábito de São Pedro, morador de São Miguel do Jucurutu da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1880)
- . Contas do Testamento de Gonçalo Correia da Silva, celibatário, morador do Sítio Riacho de Fora, da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1873)
- . Contas do Testamento de Antônia Fernandes das Neves, viúva de Antônio de Azevedo Melo, moradora da Freguesia da Piedade da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1853)
- . Contas do Testamento de Cosme Pereira da Costa, morador no Sítio do Umari (1866)
- . Contas do Testamento de Manoel Pereira Monteiro, morador na Povoação da Serra Negra (1862)
- . Contas do Testamento Padre Luís Teixeira da Fonseca, presbítero secular, morador da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1856)
- . Contas do Testamento de Dona Antônia Maria de Jesus, celibatária, moradora do Sítio São Joaquim, da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1854)
- . Contas do Testamento de Dona Joaquina Maria do Nascimento, celibatária, moradora do Sítio Curral Queimado, da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1852)

Caixa 06, d. 004. Testamentos (Diversas épocas) – Anterior a 1918 – V. único

- . Contas do Testamento de José Ferreira da Rocha e Senhorinha Maria da Conceição, cônjuges, moradores da Cidade do Príncipe, da Freguesia da Gloriosíssima Senhora Santa Ana (1882)

Bibliografia

ARIÉS, P. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIÉS, P. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.

- BRANCO, J. M. de. A. Entre os gritos da vida e da morte: reconstruindo atitudes perante a morte em São João do Sabugi na primeira metade do século XX. **Caicó**, 2001. 52p. Monografia (Especialização em História no Nordeste). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- COELHO, M. C. G. **Entre a terra e o céu: viver e morrer no Sertão do Seridó - séculos XVIII e XIX**. Natal, 2000. 101p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- DANTAS, Dom J. A. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? **Tempo Universitário**, n. 1, v. 1. Natal: UFRN, 1976.
- FALCON, F. **História Cultural**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- FARIA, O. L. de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MEDEIROS, K. S. de. **Faces da Morte: Rituais Funerários no Seridó**. Caicó, 2002. p. 51. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MORAES, D. B. **Bem nascer, Bem viver, Bem morrer: Administração dos Sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 a 1790**. Recife, 2001. 111 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal de Pernambuco.
- MORTE de Santa Elisabeth da Turíngia (1207-1231). Disponível em: http://www.bnf.fr/enluminures/images/jpeg/12_0008.jpg (Acesso em: 15.jun.2004).
- PESAVENTO, S. J. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: _____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 69-98.
- POLLELEY, P. **Representações diversas da morte**. Disponível em: <<<http://www.geocities.com/ppollefeys/divers.htm#wolgemut>>> Acesso em 15.jun.2004.
- REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: _____. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96-141.
- REIS, J. J. **A morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SILVA, F. P. A.; ARAÚJO, M. D.; MEDEIROS, M. D. O ritual dos mortos no Seridó Antigo - O caso de Currais Novos-RN. **Caicó**, 1994. 27p. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: _____. VAINFAS, R. e CARDOSO, C. F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VAINFAS, R. **Micro História: os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VOVELLE, M. **Ideologias e Mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.